



Miradas para a Freguesia, participação social e a construção de valores na cidade

Views on the Parish, social participation and the construction of values in the city

Repep - Rede Paulista de Educação Patrimonial*

*Coletivo educador composto por profissionais de vários campos, atua nas áreas de cultura e educação desde 2013. Recebeu Menção Honrosa no II Seminário do Aprender com Cultura da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da

Universidade de São Paulo. Atualmente, funciona de forma independente da Universidade de São Paulo, em sistema horizontal de auto-gestão, com trabalho voluntário e não trabalha com a prestação de serviços.

Resumo

A Freguesia do Ó é hoje um importante referencial para entendermos a história da cidade de São Paulo a partir da perspectiva do crescimento urbano e da sociabilidade construída em uma ocupação além-Tietê. Essa é a frase de um texto produzido por uma arquiteta e urbanista, ou seja, como poderíamos iniciar a escrever sobre o bairro. No entanto, nossa proposta é apresentar diferentes vozes existentes sobre a Freguesia que encontraram no patrimônio um lugar comum. Juntos formamos um Grupo de Trabalho (GT) da Rede Paulista de Educação Patrimonial (Repep) que desde 2015 tem se reunido para a elaboração de ações educativas e propostas de valorização do patrimônio local, seja pela revisão do tombamento do bairro ou em defesa da constituição de um espaço de memória. Assim, produzimos textos sobre nossas relações com a Freguesia do Ó e como nos identificamos com esse patrimônio. No artigo, após introduzir o trabalho do GT, expomos os textos individuais na íntegra com a intenção de construir um diálogo escrito. Ainda que não representemos a totalidade dos diferentes sujeitos urbanos, esperamos demonstrar a potência de um trabalho produzido por meio da participação social, incluindo os diferentes significados e narrativas existentes no patrimônio da Freguesia do Ó.

Palavras-chave: Freguesia do Ó, Educação Patrimonial, REPEP.

Abstract

The Parish of O (Freguesia do Ó) is today an important reference to understand the history of the city of São Paulo from the perspective of urban growth and sociability built in an occupation beyond Tietê river. This is a phrase of a text produced by an architect and urbanist, i.e., how we could start writing about the neighborhood. However, our proposal is to present different voices about the Parish that have found in heritage a common place. Together, we formed a Working Group (WG) of the Paulista Network of Heritage Education (Repep) that since 2015 has been meeting to elaborate educational actions and proposals for valuing the local heritage, either by reviewing the listed heritage resolution or in defense for the constitution of a local memory space. Thus, we produce texts about our relations with the Parish of O and how we identify with this heritage. In this paper, after introducing the work of the WG, we expose the individual texts aiming to build a written dialogue. Although we do not represent the totality of different urban subjects, we hope to demonstrate the power of a work produced through social participation, including the different meanings and narratives that exist in the heritage of the Parish of Ó.

Keywords: Freguesia do Ó; Heritage Education, REPEP (Sao Paulo's Heritage Education Network).

Apresentação

A Rede Paulista de Educação Patrimonial (Repep) é um coletivo educador de profissionais criada em 2011. Trata-se de uma rede aberta que reúne os interessados em atuar e refletir sobre educação patrimonial. Assim, promove o encontro de pessoas de diferentes segmentos das áreas de cultura e educação. Com a consolidação da Repep enquanto rede de encontros fora dos âmbitos da universidade¹, por meio da definição participativa de princípios e de estatuto. A partir de 2014 grupos da sociedade civil se unem ao grupo trazendo demandas de formação e ação. É importante ressaltar que não ocorre a prestação de serviços, todo trabalho na rede é voluntário e, por isso, trabalhamos com a construção coletiva de nossas atividades.

Entre os grupos da sociedade civil, recebemos em uma das reuniões abertas da rede membros do Ponto de Memória da Brasilândia e do Portal do Ó que queriam discutir e propor ações educativas

para preservação da vista da Freguesia do Ó. Com interesse de alguns membros da Repep, formamos um Grupo de Trabalho (GT), que funciona de maneira autônoma, mas interligado ao Conselho Gestor da rede. O GT Brasilândia Ó iniciou suas atividades em 2015 e desde então nos reunimos para a elaboração de ações educativas e propostas de valorização do patrimônio local, seja pela revisão do tombamento do bairro (Resolução n.46/92 do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo [CONPRESP]) ou em defesa para a constituição de um espaço de memória.

Neste artigo conheceremos a trajetória do GT Brasilândia Ó e suas articulações no território de maneira não linear. Pois, procurando fortalecer a horizontalidade do grupo e nos apresentando enquanto coletivo, propomos um artigo escrito a muitas mãos². Cada item do artigo apresenta as

1. A Repep possui vínculo de origem com a Universidade de São Paulo (USP) e o Centro de Preservação Cultural da USP. Atualmente, ambas instituições são apenas parceiras da Repep (ANTONINI; NITO; NEVES, 2019).

2. O artigo foi organizado por Mariana Kimie Nito com revisões de Alberto Luiz dos Santos. Ambos bolsista de doutorado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), respectivamente.

visões individuais dos membros atualmente mais engajados nas ações GT, explorando a trajetória pessoal e como parte da Repep. A escrita foi orientada por perguntas e itens que formulamos para cada um abordar e as formas textuais foram mantidas respeitando as respectivas autorias. Nossa intenção foi elaborar um diálogo escrito capaz de evidenciar a potência do debate no campo do patrimônio cultural, respeitando as diferentes vozes e experiências profissionais. Assim, esperamos contribuir com as reflexões sobre participação social, por meio de ações educativas, na construção de um patrimônio cultural que se quer democrático.

Da Brasilândia a Freguesia do Ó, um território e muitas memórias

Por Leandro Silva³

A mobilização em torno da preservação da memória e valorização das lutas da Brasilândia, distrito da periferia situado na zona norte da capital, foi a forma encontrada de articular ações de integração entre a juventude e os mais experientes com o objetivo de fortalecer a identidade dos bairros e suas lutas, marcadas por conquistas de acesso à água, moradia, educação infantil entre outras. Essas ações também tinham como foco o enfreamento da violência, a partir de rodas de conversa realizadas em diversas entidades e escolas da região.

As ações que já ocorriam na região, não eram articuladas e o surgimento do Ponto de Memória da Brasilândia, contribuíram para a “unificação” dessas atividades a partir de 2009. O projeto de iniciativa do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) contemplou a Brasilândia e outras 13 iniciativas pioneiras em todo o país. Durante dois anos as lideranças do território tiveram a oportunidade de trocar experiência com outras iniciativas museais em bairros das diferentes periferias do Brasil, como Coque, em Recife; Jacintinho, Ceará; Taquaril, Belo Horizonte; Terra Firme, em Belém do Pará; Estrutural, Distrito Federal, entre outras. Essas trocas potencializaram os trabalhos do grupo, que assumiram duas linhas de trabalho: a memória que gostaríamos de fortalecer, e aquela que gostaríamos de não lembrar. A partir dessas respostas fomos formatando a I Exposição do Ponto de Memória da Brasilândia “Suas Vilas e Jardins”, fazendo referência as iniciais dos bairros que compõem o distrito. E as memórias indicadas foram apresentadas em 2010 na Escola Estadual Luiza Salete, na Vila Penteados.

Durante toda a preparação a equipe gestora do Ponto contou com o apoio técnico do IBRAM, que realizou oficinas de inventário participativo, catalogação e visitas de acompanhamento do trabalho. Foram produzidas nove placas, com o apoio da então mestranda da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP Cecília Angileli, apresentando as histórias de alguns bairros e

3. Jornalista, pós-graduado em Produção Executiva e Gestão de Televisão, paroquiano da Nossa Senhora da Expectação (Igreja Matriz).

suas principais características de luta, além do desenvolvimento do distrito nas últimas décadas. Esse trabalho rodou as entidades e algumas escolas que contribuíram nessa construção, deixando o legado de continuarem valorizando suas histórias e referências locais. Algumas lideranças, a partir dessa exposição, deram continuidade em seus trabalhos nas entidades das quais já participavam, pois o objetivo do Ponto de Memória era estimular a realização desse trabalho nas diversas entidades, multiplicando-o em vez de ter apenas uma referência.

A partir daí, já em meados de 2012, um novo grupo se forma na Freguesia do Ó, coirmã da Brasilândia, e se mobiliza pela preservação do Largo Nossa Senhora do Ó, tombado pelo Conpresp em 1992. Os primeiros anos de trabalho foram marcados pela tentativa de sensibilização e mobilização da comunidade local e comércio, o que ganharia força em 2014 quando a prefeitura realiza uma arbitrária reforma no largo removendo o piso formado por mosaico português e uma dezena de guias de pedra centenárias, além do marco histórico em referência a pernoite da tropa brasileira que lutou na guerra do Paraguai. A justificativa da gestão era a Copa do Mundo do Brasil, cuja intenção era receber um dos eventos oficiais no bairro, a Fã Fest, que não ocorreu, deixando apenas a prejuízo patrimonial, mas provocando uma importante mobilização dos moradores, entidades e comércio em defesa da praça.

Para melhorar as ações, buscamos apoio técnico a partir de referência dadas por outras iniciativas de preservação patrimonial, e assim chegamos na Repep, que foi fundamental para o fortalecimento dessas ações e a inclusão de novos parceiros, como a Paróquia Nossa Senhora da Expectação, também tombada em 1992 pela Resolução nº. 46/92 do Conpresp. Vale destacar que a igreja passou por um profundo restauro financiado integralmente pelos paroquianos, que se promovem rifas e outras atividades para angariar fundos. Com o apoio chega uma nova demanda, a preservação da vista da igreja localizada no alto de uma colina na margem direita do rio Tietê, e isso motiva ainda mais os trabalhos das lideranças com a orientação da Repep. Em 2017, o agora Grupo de Trabalho Brasilândia Ó, finaliza um relatório fundamentando o referencial da vista da igreja como Patrimônio Imaterial e formaliza a proposta em 2019, após duas reuniões no Departamento do Patrimônio Histórico – DPH, quando protocola um pedido de avaliação para ampliação do perímetro tombado, sugerindo limitação de gabarito e outros cuidados para preservar este referencial na paisagem urbana do bairro. A discussão também gerou um pedido de transformação da praça e região em Território de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP), instrumento do Plano Diretor Estratégico de São Paulo.



Figura 1. Vista a partir do Mirante da Freguesia, no muro lambe-lambe resultante de atividade educativa do GT da Repep durante a Jornada do Patrimônio com os cartazes de Gilberto Tomé, mapas antigos e identificação dos lugares que é possível reconhecer nessa paisagem. Foto: Mariana Kimie Nito, 2019.

Amizades fortalecidas e projetos urbanos

Por Kleber Silva Jr.⁴

Vou escrever resumidamente o início da minha participação e depois os desdobramentos até os dias de hoje...

Meu contato com o Programa Pontos de Memória (PPM) se deu através do Leandro. Nos conhecemos em 2011, através da minha irmã Beth, na época da eleição do Conselho Tutelar. O Leandro Silva já era conselheiro e a Beth seria a candidata naquele ano.

4. Graduado em Ciências Sociais pela PUC-SP e técnico legislativo pelo CEPAM. Morador da Freguesia do Ó.

O Leandro Silva foi liderança da Pastoral da Juventude, a Beth era catequista de Crisma (jovens) na Matriz da Freguesia e eu sou ex-aluno salesiano de Dom Bosco (o santo dos jovens), todas essas atividades estão relacionadas com a Igreja.

Depois da eleição da Beth, começamos a pensar ações na região que fossem além da temática infância e juventude, entre elas a retomada no programa Ponto de Memória e um engajamento mais efetivo na questão do metrô para a região Freguesia e Brasilândia. Por coincidência (achamos que foi providência) o pessoal do IBRAM (sediado em Brasília) entrou em contato com o Leandro convidando para participar de um encontro referente ao PPM.

Eu fui participar de três encontros do programa Ponto de Memória: em Brasília, Natal e Belém-PA. Nesses encontros retomamos o contato com os demais participantes do PPM e, particularmente, pude entender melhor quais eram os objetivos. Nas reuniões que fazíamos após cada encontro, discutíamos como retomar o programa na região. Paralelamente ao reencontro com o PPM, a igreja matriz de Nossa Senhora da Expectação da Freguesia do Ó, popularmente conhecida como Nossa Senhora do Ó (NSÓ), estava parcialmente interditada com suas dependências tomadas por andaimes que escoravam o teto principal que ameaçava desabar. Sabíamos das articulações da comunidade, sob a liderança do padre Carlos

Ribeiro, para o início das obras de restauração desta centenária igreja.

Desde os anos de 1990, ouve-se na região a conversa da construção de uma linha de metrô que passaria pela Freguesia e chegaria até a Brasilândia. Não são todos que sabem, mas esse projeto de metrô para a região começou a ganhar corpo graças ao estimado Padre Noé Rodrigues. Ele como grande líder regional que era, sempre foi convidado para participar de reuniões com agentes públicos e políticos, e numa dessas oportunidades teve contato com o então incipiente projeto de metrô para a Brasilândia. Com sua agenda tomada de compromissos dentro e fora da Igreja, incumbiu um de seus amigos e colaboradores de confiança, o profº. João Mota, a acompanhar de perto essa questão do metrô. Por sua vez, João Mota com seu trabalho e capacidade de reunir pessoas, foi trazendo as associações, entidades, comunidades, grupos de interesse... Daí surgiu o Fórum Pró-Metrô Freguesia/ Brasilândia, que chegou a reunir mais de 40 grupos diversos.

Em 18 de dezembro de 2013, dia de NSÓ, no palácio dos Bandeirantes, foi assinado o contrato entre a MOVE-SP (Odebrecht, UTC e Queiroz Galvão) e o Governo do Estado para a construção da Linha 6 Laranja do metrô. Em fevereiro de 2016 o prefeito Haddad assina o decreto declarando o traçado da nova linha de metrô como “eixo estruturante” uma nova

expressão do planejamento urbano da cidade que foi criada com o Plano Diretor aprovado em 2014 (FERRAZ, 2016).

Desde que a “questão do metrô” apareceu na região dois pontos foram centrais: (1) quem seriam os desapropriados e o (2) quanto os imóveis/ terrenos se valorizariam.

As construtoras não possuem compromisso com os bairros onde lançam seus empreendimentos. É apenas uma conta: quanto vai ser gasto na construção menos quanto será o lucro com a venda dos apartamentos. Quanto maior a diferença dessa conta, mais interesse existe na obra. O bairro será tomado pela construção de prédios.

Esses assuntos concorrentes (PPM, restauro, metrô) nos levaram a seguinte reflexão: Do que adianta reformar a igreja matriz se ficaremos

emparedados pelos prédios que serão construídos com a chegada do metrô? É assim que começamos a mobilização pela preservação da vista da Matriz.

Num dos encontros do PPM convidamos o consultor do IBRAM João Paulo Vieira (da Rede Cearense de Museus) para visitar nossa igreja. Impressionado com o que viu e entendendo nossa preocupação pelo futuro, ela cita a profª Simone Scifoni como uma pessoa que poderia orientar nossas articulações pela preservação da vista.

Ao procurarmos a profª Simone chegamos à REPEP (Rede Paulista de Educação Patrimonial). Sem muitas delongas, após as apresentações iniciais, apresentamos nossa intenção: a preservação da vista da igreja matriz da Freguesia do Ó.

Bem, foi mais ou menos isso, o que aconteceu...



Figura 2: Vista a partir da Marginal Tietê, de onde ainda é possível visualizar a Matriz da Freguesia entre os trechos verticalizados. Foto: Kleber Silva Jr, 2014.

O patrimônio urbano e ações educativas

Por Mariana Kimie Nito⁵

As discussões sobre o patrimônio cultural arquitetônico e urbanístico avançaram muito nos últimos anos, trazendo outras possibilidades e desafios na construção de valores e em sua preservação. Dentre os aspectos positivos, a participação social tem se mostrado um caminho na inclusão de outros sentidos e de diferentes tipos de bens, seja na perspectiva da inclusão social na narrativa de memória, que se constrói por meio da proteção do patrimônio, ou na compreensão dos usos sociais associados a ele. Essa perspectiva de patrimônio é lastreada na determinação da Constituição Federal de 1988 de que os bens “são portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Por outro lado, ainda é possível constatar uma disparidade entre essa compreensão ampla de patrimônio com as práticas de preservação dos respectivos órgãos governamentais. Isso ocorre, principalmente, na preservação material que muitas vezes se baseia somente em caracteres estéticos, exclusivos da história da arte e da arquitetura, nos momentos de reconhecimento e na gestão do patrimônio em sua dimensão urbana, ignorando o diálogo entre saberes cotidianos e especializados (SANT’ANNA, 2014; MOTTA, 2017).

Vivenciei esse complexo cenário das práticas de preservação durante o mestrado profissional em Preservação Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), entre 2013 e 2015 na Superintendência de São Paulo. Nesse período, desenvolvi pesquisa sobre a preservação de imóveis por meio de suas relações com a cidade. O estudo teve como foco a noção de ambiência, em seu desenvolvimento do conceito de visibilidade, na inclusão de outros valores urbanos para promover a preservação dos bens de interesse cultural (NITO, 2015). Segundo a jurista Sônia Rabello (2009, p.112-113):

a proteção da ambiência do bem tombado, que valorizará sua visão e sua compreensão no espaço urbano. Neste sentido, não só prédios reduzem a visibilidade da coisa, mas qualquer obra ou objeto que seja incompatível com uma vivência integrada com o bem tombado. O conceito de visibilidade, portanto, ampliou-se para o de ambiência, isto é, harmonia e integração do bem tombado à sua vizinhança, sem que exclua com isso a visibilidade literalmente dita.

Nesse sentido, conforme Ulpiano Bezerra de Meneses (2006), não se entende como “tutela de vizinhança”, mas primordialmente de preservar bens tombados precisos por meio da ordenação da vizinhança. É a cidade como qualificadora dos valores atribuídos aos bens imóveis culturais.

Foi justamente essa demanda de preservação da vista da Freguesia do Ó que o grupo do Ponto de Memória Brasilândia e Portal do Ó apresentou

5. Arquiteta e urbanista, doutoranda pela FAU USP, atua na área do patrimônio com foco em cidades, memória e educação. Possui mestrado interdisciplinar em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). É membro do conselho gestor da Repep desde 2014, e é integrante dos GTs do Minhocão contra Gentrificação e Brasilândia Ó, ambos desde 2015.

em reunião aberta da Repep, no final de 2014. No discurso dos membros do grupo ficou claro que a visualidade buscada era literal, mas seus sentidos estavam enraizados na valorização cotidiana dos moradores e frequentadores do bairro. É uma dimensão que atualiza e amplia a importância do patrimônio urbano tombado na década de 1990.

A primeira visita do grupo da Repep revelou as diferentes perspectivas da preservação do patrimônio, somadas aos usos contemporâneos (REPEP, 2015). Assim, formamos o GT Brasilândia Ó, formado por moradores da região e por pesquisadores e profissionais do campo do patrimônio, totalizando 12 membros. Nosso objetivo foi propor a revisão da resolução de tombamento do Núcleo Original da Freguesia do Ó pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP) (Resolução nº 46/92).

A revisão envolveu a preocupação com a verticalização da área entre o perímetro de tombamento e envoltória até região da várzea do rio Tietê. O potencial construtivo da região era estimulado pela inauguração da Linha 6 Laranja do Metrô, pelo projeto urbano Arco Tietê previsto no Plano Diretor Estratégico de São Paulo de 2014 e pela revisão do zoneamento pela Lei 16.402 de 2016. A revisão do tombamento demandava trabalhos técnicos, mas não os

fizemos isolados de ações educativas. Antes da redação e desenhos técnicos, tais atividades foram propostas em parcerias com as escolas públicas da região e nos espaços públicos para moradores e frequentadores do bairro.

A primeira proposta idealizada pelo GT, em 2015, foi uma Gincana Cultural, intitulada “Cadê o Patrimônio?”. A ideia era mobilizar uma campanha em defesa do patrimônio local, articulando diferentes atores. A partir de roteiros seriam identificados e registrados, por fotos e desenhos, os diferentes patrimônios do bairro. Cada roteiro seria mediado por um membro do grupo e por professores que estimulariam os olhares por meio do diálogo sobre a cidade, fotos e mapas antigos e registros da memória local. Na proposta incluímos a formação de professores sobre educação patrimonial e a cidade de São Paulo. O projeto da campanha foi apresentado e recebido por 5 escolas da região, porém não conseguimos aderência pela falta de compatibilidade com o cronograma escolar e por sua dimensão, mas também em alguns casos pela falta de devolutiva das escolas.

Na EMEI Manoel Preto conseguimos um diálogo maior que nos possibilitou fazer uma ação durante a comemoração dos 80 anos da Educação Infantil em São Paulo. Entre as atividades comemorativas da escola, desenvolvemos uma atividade com a temática “como eu vejo o meu bairro?”, na qual por meio do desenho

crianças e adultos desenharam aquilo que mais gostavam no bairro e o que poderia melhorar. Os participantes que destacaram a necessidade de mais áreas para brincar, a antiga caixa d'água da região, a diferença de usos da praça de acordo com o horário e os dias da semana, entre outras questões. Apesar do interesse que dos participantes com o trabalho do GT que foi apresentado no final da oficina, por conta do horário das nossas reuniões não tivemos novos membros no grupo, mas mantivemos o contato online com alguns.

Com o envolvimento da Repep na organização da I Jornada do Patrimônio de São Paulo, promovida pelo Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), propomos um percurso composto por três trajetos com diferentes motes a serem explorados: a fundação do Núcleo Original da Freguesia do Ó, no século XVI, a primeira Igreja no Largo da Matriz Velha e o contexto bandeirantista; a ocupação no século XX, com destaque aos equipamentos escolares e de infraestrutura (caixa d'água); e, por fim, abordagem de ambiência, sociabilidade e paisagem no Largo Nossa Senhora do Ó e no Mirante. O roteiro foi feito duas vezes contando com moradores do bairro e pessoas que não o conheciam.

Em 2016, para II Jornada do Patrimônio, propomos uma ação educativa específica para o espaço que chamamos de Mirante do Ó,

que é o espaço no qual em função do desnível topográfico de 40 metros em relação ao rio Tietê, a partir da lateral sul do Largo da Matriz, é possível visualizar a região oeste e elementos urbanos que referenciam o espigão central de São Paulo. Durante a oficina, a partir de dispositivos visuais identificamos junto com os participantes lugares e regiões visíveis que contam a história da formação de São Paulo. Por meio dessa atividade, é possível identificar a importância da Freguesia do Ó como marco referencial da e para cidade. Foi essa valorização que apontou o estudo de revisão do tombamento da Freguesia do Ó.

O estudo foi elaborado concomitante a organização e execução dessa ação educativa e feito de maneira coletiva unindo os diferentes conhecimentos do grupo em reuniões na Freguesia. A revisão consiste na ampliação da área envoltória do tombamento da Freguesia em sua porção sul, se entendendo até a várzea do rio Tietê, com a regulamentação do gabarito de acordo com o perfil topográfico do núcleo da Freguesia do Ó. A proposta técnica foi orientada por dois aspectos: manter a fruição visual da igreja matriz como um referencial da paisagem urbana paulistana e garantir a contemplação da cidade a partir do bem tombado (REPEP, 2017b). No final de 2016, o estudo foi finalizado e apresentado em reunião aos técnicos do DPH que propuseram algumas modificações.

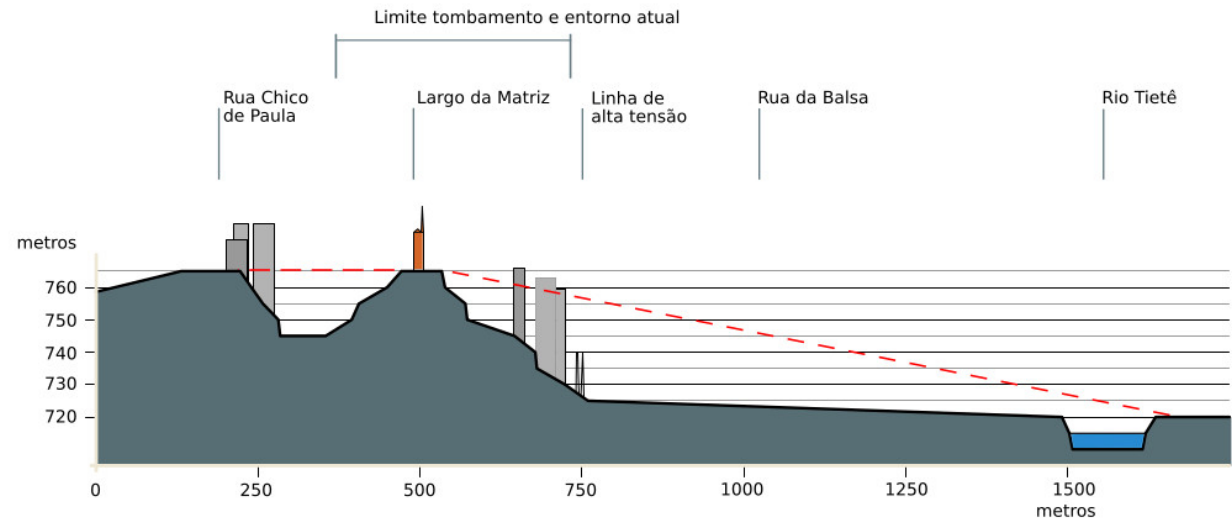


Figura 3: Perfil topográfico demonstrando a relação da Freguesia do Ó como rio Tietê, com a projeção dos prédios existentes que impedem a vista em alguns pontos. Fonte: REPEP (2017).

Já em 2017, com as alterações recomendadas no estudo de revisão do tombamento houve tentativas de novas reuniões com o DPH e parcerias com as escolas públicas da região (Repep, 2017a). No entanto, com a falta de devolutivas e a diminuição dos membros, o GT perdeu forças e suas ações foram muito pontuais até o fim de 2018, momento em que novos membros se uniram ao grupo, trazendo outras demandas de preservação da memória da região. Assim, este ano conseguimos, finalmente, protocolar no DPH o estudo de revisão concluído em 2017 (Processo SEI n.º. 6025.2019/0008647-9), além de fazer reuniões com novos membros e com o poder público. Participamos dos eventos como o Patrimônio em Debate na Freguesia e

propomos novas ações educativas na Jornada do Patrimônio de 2019. Ampliamos principalmente os sentidos de nossa atuação como GT: no diálogo junto aos grupos de futebol de várzea; fortalecer a relação da região da Água Branca e Freguesia na vista e pela preservação da Fábrica de Vidro Santa Marina; somar na luta pela salvaguarda da Festa do Divino como patrimônio imaterial; um local de memória para o acervo físico do Portal do Ó e das imagens antigas que estão guardadas sem acesso público.

As ações do GT tanto na luta pela preservação da vista da freguesia do Ó como na ampliação de suas atividades indicam uma outra valorização do patrimônio urbano e material, apontando

possíveis articulações do campo que preserva a cidade junto aos usos sociais e com a participação da sociedade civil. Podemos dizer que a ampliação dos conceitos de patrimônio conforme pautado na Constituição Federal de 1988 não está distante da realidade. Ouso dizer que é na prática, nas ações complexas de nossas experiências urbanas que vivenciamos tais conceitos. E, ainda, acredito que as políticas de patrimônio devem ir além dos conceitos, tendo-os como referência, para implementar ações que produzam conhecimento coletivamente e promovam a transformação da realidade.

Patrimônio e as Territorialidades da Freguesia do Ó

Por Alberto Luiz dos Santos⁶

A vida de bairro e a valorização do patrimônio cultural são dimensões do cotidiano que se articulam profundamente. Pode-se afirmar que as memórias e as práticas contemporâneas relacionadas ao morar – envolvendo lugares, expressões culturais e formas de sociabilidade – possuem grande potencial de despertar, nos grupos sociais, o reconhecimento de determinados bens materiais e imateriais como pertencentes ao patrimônio cultural.

Esse entendimento, no entanto, contém duas premissas que merecem destaque. A primeira concerne à vida de bairro, como noção e como conceito, no âmbito de uma metrópole

contemporânea em que as relações de vizinhança, encontro e sociabilidade nas ruas, praças e demais espaços públicos parecem esmorecer a cada dia. Trata-se da fragmentação do espaço na metrópole, processo em que: “bairros inteiros foram descaracterizados e mesmo destruídos pelas necessidades de expansão desenfreada proveniente da acumulação de capital que reproduz o espaço metropolitano mudando referenciais e comportamentos.” (CARLOS, 2007, p. 36-37).

Nessa chave, a vida de bairro contemporânea só pode ser compreendida enquanto uma transformação contínua de determinadas relações sociais e referências materiais, por vezes a caminho de sua dissolução total. As sociabilidades de bairro que permanecem ou se fortalecem no contexto atual tornam-se, assim, referenciais elucidativos para se pensar uma metrópole mais democrática e humanizada, atenta inclusive às suas bases sociais. Preservar e intensificar tais sociabilidades torna-se, portanto, uma disputa política, que não se revela de modo explícito e possui possibilidades frutíferas.

A segunda questão concerne ao patrimônio cultural. Mais precisamente, à compreensão difundida na sociedade sobre o que constitui, ou deveria constituir, o patrimônio cultural protegido. A assertiva feita no primeiro parágrafo só tem validade se a compreensão sobre patrimônio reconhecer a intersubjetividade que

6. Geógrafo formado pela UNESP, Mestre em Geografia pela UNICAMP e Doutorando em Geografia pela USP. Atua como docente na Educação Básica desde 2008 e desenvolve pesquisas na área de Geografia Urbana e Patrimônio Cultural desde 2012. Atualmente, dedica-se às relações entre samba e futebol de várzea, buscando compreender as sonoridades dos lugares do futebol popular na metrópole paulista. Há cinco anos é membro da REPEP, junto ao GT Brasilândia Ó.

envolve os bens culturais. Nesse sentido, o reconhecimento de que nenhuma materialidade ou expressão cultural possui valor inerente, e sim valores atribuídos socialmente e de modo processual (MENESES, 2000), permite dizer que o desdobramento da vida de bairro atua como multiplicador de processos de valorização. Processos cotidianos que consagram praças, casas, igrejas, campos de futebol, entre outros lugares de sociabilidade como patrimônio a partir de valores que se elaboram coletivamente, envolvendo significados e expressões simbólicas, mesmo que isso não componha os processos de patrimonialização realizados pelo sistema normativo de proteção (FONSECA, 2005), como conselhos, departamentos e instituições de pesquisa.

Este debate é caro ao autor deste texto. Nascido no bairro da Freguesia do Ó (SP), tenho os Largos Nossa Senhora do Ó e Matriz Velha como lugares de referência para a fruição da memória, articulando um conjunto de momentos significativos, principalmente relacionados à infância e adolescência. Minha relação com o Núcleo Original da Freguesia do Ó, tombado pelo CONPRESP, envolve usos, formas de apreensão e relação com estes bens culturais, permeadas por narrativas que vão da educação formal aos saberes e memórias locais, entre amizades e relações familiares.

Em suma, compreendo o patrimônio cultural da Freguesia a partir da dimensão do vivido, o que transcende e se articula às escolhas teórico-metodológicas feitas quando o referido Núcleo foi tomado como objeto de estudo no curso de Mestrado em Geografia (SANTOS, 2014). Ademais, na escrita do presente texto me pego refletindo se tais vivências nas “praças da Matriz” não foram motivadoras, ainda que inconscientes, de minhas escolhas profissionais e acadêmicas, como um geógrafo que sempre buscou imbricar a dimensão cultural às análises que privilegiam a esfera econômica e política da produção social do espaço urbano.

Compartilho brevemente os legados desta dissertação, em consonância com os valores elencados pelo CONPRESP como justificativa para o tombamento do Núcleo Original da Freguesia do Ó, por meio da Resolução nº 46/92. Valor histórico, arquitetônico, paisagístico, ambiental, afetivo... Entre 2012 e 2014, procurei sintetizar como os estudos prévios à Resolução de tombamento chegaram aos referidos valores e como eles são tensionados pelas dinâmicas contemporâneas da metrópole, principalmente no sentido dos usos econômicos do espaço e do avanço da especulação imobiliária. As principais conclusões se deram no sentido da diversidade, conduzindo, portanto, o debate entre patrimônio cultural e territorialidade,

uma categoria da Geografia que nos auxilia a pensar as relações de identidade e afetividade dos sujeitos com o espaço. Em suma, quando falo em territorialidades, falo dos processos de apropriação do espaço, que como afirma Seabra (1996), consagram o uso e não a troca, a obra e não o produto econômico. Nessa chave, pude me aproximar do modo como os diversos grupos sociais inseridos no cotidiano do Núcleo Original da Freguesia do Ó se apropriam do espaço dos Largos e, com isso, atribuem valor aos bens culturais.

As diversas territorialidades citadas foram sendo interpretadas ao longo da pesquisa e organizadas pelos seus conteúdos: horários e dias de semana em que se manifestam; usos alternados dos espaços públicos e estabelecimentos comerciais; faixas etárias e de renda; origens residenciais (moradores e visitantes); entre outros. Nessa interpretação, os valores dos bens culturais tombados foram se revelando: se o Largo da Matriz Velha, por exemplo, foi salientado como lugar de encontro de familiares e amigos para alguns grupos, por outro lado, esta praça inserida no perímetro de tombamento foi considerada como lugar da festa de fim de semana, da “paquera”, do “rolê”, da descontração e do divertimento, para outros. Foi, ainda, destacada como lugar do lúdico e do esporte, entre jogos de malha, dominó e práticas de skate, quando consideradas as vivências de outros agrupamentos sociais.

Essa diversidade se fez presente em relação aos demais bens elencados para tombamento e tangencia todos os valores citados como justificativa. Diante disso, minha opção foi expor tal diversidade e discutir as tensões que elas trazem consigo em seus conteúdos, por vezes conflituosos e excludentes, envolvendo moradores e visitantes do bairro. Concluí que, além de ser uma chave para compreender a valoração do patrimônio, tais territorialidades podem ser consideradas como o próprio patrimônio cultural da Freguesia do Ó, ou seja, um bem que articula materialidade e imaterialidade, constituindo-se enquanto uso plural do espaço público, articulando conteúdos simbólicos que envolvem a memória e o contemporâneo dos grupos sociais locais.

Desde 2015 tenho compartilhado e refletido acerca deste entendimento junto às práticas, debates e intervenções da Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP) Adentrar o Grupo de Trabalho Brasilândia Ó da REPEP, cujo legado se apresenta como fio condutor dos diálogos deste artigo, me permitiu compreender com maior enfoque a questão da vista, relacionada principalmente aos valores ambiental e paisagístico, dentre a lista supracitada.

Ver e apreender a metrópole, em suas regiões Oeste e Centro, a partir do Largo Nossa Senhora do Ó. Ver e apreender o outeiro da Freguesia do Ó, a partir de pequenas “frestas” da metrópole



Figura 4. Vista de 1952 a partir da várzea do Rio Tietê em direção ao outeiro da Freguesia do Ó, de onde se avista a igreja Matriz. Fonte: AB' SABER (2007, p.160).

verticalizada, em pontos dispersos pelos bairros da Lapa, Água Branca, e da própria Freguesia do Ó. Atuando junto à REPEP, a paisagem se revelou como dimensão significativa do patrimônio cultural, pois este “ver e apreender” envolve múltiplas dimensões.

Ora, lançar o olhar para o Largo Nossa Senhora do Ó, a partir da Marginal Tietê, por exemplo, significa apreender um lugar que se constituiu socialmente em 1580, século XVI, o “[...] mais antigo arraial paulista depois de São Paulo.” (PRADO JUNIOR, 1998, p.73 grifo meu). Significa ter a dimensão concreta de um traçado de ruas e uma disposição de edificações que transcendeu os séculos posteriores, envolvendo processos como a constituição de sesmarias, a fundação de capelas, a consolidação de funções defensivas ligadas às tropas para o “sertão” (os chamados “pousos”), a conformação de chácaras e loteamentos populares (já no século XX) entre outros processos relevantes da produção do espaço e da urbanização de São Paulo.

Trata-se de uma ampla gama de dinâmicas socioespaciais que se desdobraram na condição geomorfológica complexa da margem direita do rio Tietê. Ab’Saber (2007, p.165), analisando o embasamento pré-devoniano da região, formado por xistos e granito, bem como as características de suas coberturas sedimentares afirmou que:

Enquanto, na maior parte da margem esquerda do vale, se torna preciso caminhar vários quilômetros para atingir níveis superiores a 750 m, na vertente direita, logo após as várzeas, encontram-se íngremes ladeiras de acesso às colinas e outeiros dos espigões secundários da superfície de São Paulo (790 – 810 m), vinculados à Serra da Cantareira.

Tal condição geomorfológica, articulada às dinâmicas socioeconômicas ao longo dos séculos, resultou numa conformação espacial singular, em que o urbano e o rural, descontínuos, alternavam-se entre vertentes, colinas e outeiros, sempre concentrando as maiores aglomerações nestes últimos, uma “urbe” que margeia as igrejas e capelas instaladas no alto, processo recorrente do modelo de colonização portuguesa. Nesse sentido:

Desde Guarulhos até a Freguesia do Ó, o povoamento antigo dos outeiros e altas colinas de além-Tietê obedeceu surpreendentemente a um mesmo estilo. Quase todos os pequeninos núcleos, ali formados até o século XIX, nasceram no topo suave que se encontravam logo após as grandes várzeas do Tietê. (AB’SABER, 2007, p.169)

A vista do e para o Núcleo Original, portanto, suscita a apreensão dessa condição histórica. Preservá-la significa um modo de garantir à população o direito à cultura. Se aqui destaco tais questões, de ordem geográfica e geomorfológica,

certamente os colegas de GT Brasilândia Ó que neste artigo escrevem, enfatizam tal importância com outras especificidades, abordando questões como ambiência, visibilidade e tutela de vizinhança do bem tombado. Assim tem se constituído, de modo dialógico e plural, um modo de enfrentar a especulação imobiliária e a verticalização na chave do patrimônio cultural, culminando na proposição de um Dossiê pela ampliação do perímetro de tombamento do Núcleo ao Departamento de Patrimônio Histórico do município. Pois, afinal, é este modelo desregulamentado de provisão privada de moradia – o das torres verticais – que tanto impacta a vida na metrópole, contribuindo para a especulação e também pressionando o patrimônio cultural e seus usos sociais.

Encerro essa reflexão elencando uma demanda que considero relevante para a continuação dos diálogos em grupo: o modo como se incorporam algumas “narrativas consagradas” no processo de valoração do patrimônio, principalmente quando se mobiliza o adjetivo “histórico”. Caio Prado Junior, quando enfatizou o arraial de Nossa Senhora do Ó como mais antigo de São Paulo, deixou explícito que essa assertiva se baseia na colonização e início do povoamento. Coadunando com o autor, questiono: como pensar neste outeiro para além da colonização? Como enfatizar sua importância – e a importância de sua permanência como referência na paisagem urbana – indo além da história de sesmeiros,

fazendeiros e grupos “desbravadores”? Sendo amplamente reconhecidas as tensões e violências travadas pela colonização, frente às etnias indígenas, me parece relevante pesquisar e desvendar se essas já não teriam suscitado a conformação deste “Núcleo Original”, por meio de outros usos do espaço. Enfim, esse conhecimento decerto demanda mais discussões, assim como a inserção de outros estudos e pesquisadores, como arqueólogos. Eis uma questão interessante para as próximas reuniões... Diálogos que seguem!

D'Água Branca ao Ó

Por Gilberto Tomé⁷

Em 2013, vindo a morar no bairro da Água Branca, conheci a estação de trem de mesmo nome, que fica entre a Barra Funda e a Lapa. Minha surpresa foi constatar que, da linha de trem dessa estação, conseguimos avistar a antiga igreja da Freguesia do Ó, em sua formosa colina, emoldurada pela serra da Cantareira, mais atrás.

Numa São Paulo que se verticaliza e diminui os horizontes mais amplos no nível do pedestre, achei marcante visualizar dali a igreja, distante alguns quilômetros. Numa primeira pesquisa pela internet, pelo Portal do Ó⁸, soube um pouco da história do bairro e da avenida Santa Marina, a primeira via de ligação entre Água Branca e a região Noroeste da cidade. Uma avenida que Máximo Barros (1977), no livro em que conta a

7. Paulistano, arquiteto formado pela FAU USP em 1992, atua com artes gráficas e desenvolve projetos ligados à memória da cidade, focando as transformações da paisagem (www.gilbertotome.art.br).

8. O Portal do Ó está disponível online pelo endereço: www.portaldoo.com.br. Acesso em: 28 ago. 2018.



Figura 5. Foto da última caminhada junto com o GT da Repep, em ação educativa durante a Jornada do Patrimônio, ao fundo se vê a Igreja Matriz da Freguesia do Ó a partir da Água Branca. Foto: Kleber Silva Jr, 2019.

história do bairro da Freguesia do Ó, chama, em seus primórdios, de Caminho de Manuel Preto, bandeirante que ocupou parte dessa região no século XVI.

A partir daí me debrucei a recolher imagens históricas desses lugares e a fazer muitas fotos registrando seus espaços, que nos apresentam ainda visadas centenárias de nossa história urbana, da colonização, passando pela instalação fabril que acompanhou a chegada da linha férrea no século XIX e chegando ao incipiente (e irreversível) processo de verticalização atual.

Toda a várzea do rio Tietê começou a se mostrar para mim pela história da ocupação de seus espaços, incluindo o futebol, com seus muitos campos e times.

Foi então que conheci o Santa Marina Atlético Clube, fundado em 1913 por operários da Vidraria Santa Marina, na Água Branca. O Clube possui mais de um século de história registrado em seu precioso acervo fotográfico, que apresenta não somente seus eventos mas também imagens da antiga vidraria que dominava a região.

A partir daí, buscando partilhar essas descobertas, comecei a realizar com alguns moradores vizinhos meus e outros colegas de diferentes áreas (do teatro, das artes visuais, da história e da arquitetura) caminhadas que iam da avenida Guaicurus – em frente ao prédio União

Fraterna, onde também começa a avenida Santa Marina – até o Largo da matriz de Nossa Senhora do Ó, numa expedição sobretudo gráfica, para se desenhar e fotografar a paisagem. Essas várias caminhadas renderam muitas imagens, que depois reuni numa espécie de álbum iconográfico da Avenida Santa Marina, livro de artista editado e impresso através de projeto contemplado pelo Programa de Ação Cultural da Secretaria de Cultura do Estado, em 2016.

A junção dessas imagens com outras fotos que realizei, mais recentes, busca constituir uma reflexão sobre as transformações da paisagem paulistana, como são (ou não) desenhadas e como determinam nosso cotidiano. No momento em que o horizonte do bairro é interrompido pela verticalização, estimulada por planos diretores e outros mecanismos legais como a Operação Urbana Consorciada Água Branca, algumas vistas centenárias, como a que se tem da Igreja de Nossa Senhora do Ó a partir da Água Branca, podem desaparecer, levando consigo um pouco da identidade de nossa paisagem ou do “espírito do lugar”.

Em seu aspecto gráfico, elaborei esse álbum em grande formato como um “livro cartaz”, permitindo que circule de fato como livro, onde as imagens vão se relacionando com o virar das páginas, ou se apresente como cartazes inseridos em espaços públicos. As imagens dessa publicação, intitulada “Ó: Caminho, Estrada, Avenida”, foram

instaladas em fevereiro de 2018 na estação Água Branca da CPTM (linha 7 Rubi) e ainda podem ser vistas nas plataformas de embarque e desembarque, devolvidas à paisagem paulistana de onde vieram.

A intenção de registrar um momento da cidade, mais especificamente da colina do Ó, coincidiu com a ação de um grupo que conheci ao longo da divulgação desse projeto: o Grupo de Trabalho Brasilândia-Ó da Repep. Identificando nesse grupo a luta pela preservação de uma referência histórica em nossa paisagem paulistana, quis com ele colaborar, disponibilizando as imagens de minha pesquisa à causa que defende: uma ampliação da área entorno da igreja de Nossa Senhora do Ó, onde se terá um maior controle da altura de novos edifícios, de forma a impedir que barrem a visão da colina e da igreja a partir da marginal do rio Tietê. Projeto bem embasado, encaminhado ao DPH/ PMSP em 2019.

Vislumbro aí a melhor ação cidadã que poderia ter meu projeto, ao somá-lo a esse grupo que objetiva ações concretas plenas de cidadania, em defesa de nossa paisagem paulistana. Resta agora acompanhar o desdobramento dessas ações, no conturbado cenário político, econômico e cultural que vivemos. Oxalá sigamos nessa luta, sem dispersão.

O futebol e as lutas pelo patrimônio da freguesia

Por Rui Cesar Primo⁹

Minha relação com o bairro, além dos aspectos da convivência cotidiana, se construiu e fortaleceu pela prática do futebol de várzea que era um elemento importante de lazer e sociabilidade do bairro e também elemento de conexão e integração entre os bairros.

O futebol de várzea era um espaço de convivência entre crianças, jovens, adultos e idosos, onde a comunicação entre as pessoas acontecia para tudo, amizades, acordos, fofocas e até negócios. Também a memória se difundia ali através das histórias e do contato com os antigos.

Joguei em times tradicionais da várzea, como Sobrados, San Remo e Alvi Verde, todos da Freguesia e outros da Vila Brasilândia com Mocidade Brasileira, Santa Cecília e Tiro ao Pombo.

Destaco que o time de futebol de várzea chamado Sete de Setembro da Freguesia do Ó é o terceiro mais antigo da cidade, de 1913, e foi criado as margens do rio Tietê, onde ficava a várzea do rio, e existe até hoje.

Também, exatamente no local onde atualmente eu moro ficava o Campo do Paulista que existiu de 1920 a 1940 e onde as famílias óenses se reuniam para assistir os jogos e fazer piqueniques.

9. Assessor Técnico Sindical Químicos SP, outrora ex-atleta de futebol profissional, e morador na Freguesia do Ó.

Lembro que minha mãe dizia quando era jovem, que de tanto eu gostar e praticar o esporte bretão se eu pudesse moraria num campo de futebol. Por ironia, aconteceu.

Alguém já disse que o caráter de um lugar é a história de sua formação e a Freguesia do Ó tem um potencial e uma vocação, por suas características históricas e culturais, de mesclar o antigo e o novo, o moderno e o tradicional como atrativo turístico, conservando sua identidade e memória, assim como muitas cidades do Brasil fazem e outras várias cidades de fora do Brasil também.

O Largo da Matriz pode se qualificar como Território de Interesse Turístico e como Polo Econômico por reunir aspectos históricos e culturais, comerciais e gastronômicos (bares

e restaurantes) e religiosos (festa do divino). O bairro da Freguesia do Ó é o terceiro bairro mais antigo da cidade e o único que conservou a designação de Freguesia.

Quando fui do Conselho Participativo Municipal da Freguesia do Ó – Brasilândia, junto com outros colegas do Conselho, defendemos projetos que valorizavam a Memória do bairro como a Qualificação do Largo da Matriz como Território de Interesse Cultural e Paisagístico da Cidade (TICP), a Ampliação da Casa de Cultura Salvador Ligabue com a Criação de um Acervo/ Museu de Memórias da História Freguesia do Ó na Casa de Cultura Salvador Ligabue no local, incorporando o imóvel municipal ao lado que hoje funciona como juntar militar.



Figura 6: Reprodução de quadro do artista Salvador Ligabue de Campos de Futebol na Freguesia do Ó. Fonte: Acervo da Casa de Cultura Salvador Ligabue

Também fizemos uma luta contra a retirada do piso de mosaico português do Largo da Matriz e o sumiço do Marco Histórico em homenagem aos Primeiros Combatentes da Guerra do Paraguai que dali partiram. Em obra realizada em 2013 e contestada pela população sendo que há um processo sobre isso na Promotoria do Meio Ambiente, ainda sendo analisado e que foi aberto por nós do Conselho.

Quando coordenador do Conselho Participativo tive uma aproximação com o Leandro nas questões relacionadas à defesa e proteção do patrimônio histórico do bairro, como o sumiço do *marco histórico* da Matriz em 2013 na obra contestada. Ressalto que conseguimos através do Ministério Público a instalação de, pelo menos, uma réplica do marco no local, pois o original não foi achado.

O Leandro já teve um trabalho interessante do Ponto de Memória da Brasilândia e depois de um tempo, após nosso mandato no Conselho ele me falou do trabalho do GT Brasilândia ligado a REPEP, junto com o Kleber, o Camargo e outros com a proposta da ampliação do perímetro tombado no sentido de preservar e valorizar a vista da Igreja Matriz, a qual o grupo estava já realizando.

Ele me informou sobre a atuação da rede e eu achei sensacional, pois eu sempre achei que se deveria reunir pessoas interessadas em discutir e lutar organizadamente pela valorização do patrimônio histórico do bairro e da cidade.

Também já fui a reuniões da REPEP com membros de outros GTs e foi ótimo, onde conheci outros trabalhos importantes pela cidade. Sintonizei-me muito com a visão, capacidade e sensibilidade dos membros desse grupo GT da Repep, onde aprendo muito e me integro a essas lutas que acredito.

Considerações finais

Os diferentes trechos deste artigo trouxeram elementos fundamentais para a compreensão do próprio grupo de trabalho, sem etiqueta corporativa. Foi um exercício de expressão e de conhecimento mais aprofundado sobre as opiniões e trabalhos individuais que se uniram nessas ações educativas. Trouxeram à tona não só campos profissionais e estilos de escrita diferentes, como também abordagens distintas sobre o campo do patrimônio, além de alguns pontos de discordância e conflitos a serem trabalhados. Identificamos, ainda, a partilha de premissas sobre o patrimônio, no encontro entre saberes técnicos, acadêmicos e cotidianos, trazendo a perspectiva de que é possível trabalhar coletivamente e contemplar demandas desse escopo, articulando cada um desses conhecimentos.

A perspectiva que o GT Brasilândia Ó apresenta atualmente deixa claro que a educação patrimonial não ocorre de maneira pontual e se trata de um processo, no qual é necessário

tempo e engajamento nas ações. É perceptível também que os diferentes fluxos de pessoas que participam do grupo dão o tom do volume e alcance das ações, característica intrínseca ao modelo de funcionamento em redes. Quanto mais membros e quanto mais diversas as opiniões, maior será a riqueza nas trocas de conhecimento e energias para propor novas ações. No entanto, pode existir um limite do que uma rede, como a Repep, pode fazer. As novas demandas do GT Brasilândia Ó parecem caminhar para outras ações que possam ocorrer fora da Repep, formando uma outra instituição de atuação local e que mantenha parceria com a rede.

Em última análise, o artigo aflora algumas dimensões da educação patrimonial e suas potencialidades na transversalidade de ações possíveis entre a identificação, a preservação e a valorização do patrimônio cultural, por meio da produção coletiva e contínua de sentidos e experiências.

Referências:

AB'SABER, Aziz. **Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

ANTONINI, Anaclara V.; NITO, Mariana K. S.; NEVES, Maryclea C. M. Construindo Uma Rede De Educação Patrimonial: A Experiência Da Rede Paulista De Educação Patrimonial (REPEP). **Revista CPC**, v. 14, n. 27esp, p. 233-254, 30 ago. 2019.

BARRO, Máximo. **Nossa Senhora do Ó**. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1977. Série história dos bairros de São Paulo.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no / do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

FERRAZ, Adriana. Haddad libera espigões sem limite de altura ao redor de estações. **O Estado de S. Paulo** [online], 04 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,haddad-libera-espigoes-sem-limite-de-altura-ao-redor-de-estacoes-de-metro,10000014883>>. Acesso em: 21 ago 2019.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

MENESES, Ulpiano T. B. A cidade como bem cultural. Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI et all (orgs). **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo: Iphan, 2006.p. 33-53

_____. Valor cultural, valor econômico: encontros e desencontros. In: **Seminário Internacional História e Energia**. São Paulo: Fundação Patrimônio Histórico de Energia de São Paulo, p. 29-47, 2000.

- MOTTA, Lia. O patrimônio urbanístico e seus usos sociais. In: PAES, Tereza; SOTRATTI, Marcelo (orgs.) **Geografia, turismo e patrimônio cultural**. Identidade, usos e ideologias. São Paulo: Annablume, 2017. p. 89 a 113.
- NITO, Mariana Kimie da Silva. **Heurística para Entornos de Bens de Interesse Cultural baseada na Ambiência**: uma experiência na Casa de Portinari em Brodowski-SP. 2015. Dissertação (mestrado) – Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2015.
- PRADO JUNIOR, Caio. **A cidade de São Paulo**: geografia e história. São Paulo: Brasiliense. 3 ed.1998.
- RABELLO, Sonia. **O Estado na preservação dos bens culturais**. Rio de Janeiro: Iphan, 2009.
- REPEP. **Boletim nº 15**, de junho de 2015. Disponível em: <<http://repep.fflch.usp.br/sites/repep.fflch.usp.br/files/u63/Boletim%2015%20-%20Junho%202015.pdf>>. Acesso em 04 de jul de 2019.
- _____. **Boletim nº 19**, de maio de 2017a. Disponível em: <<http://repep.fflch.usp.br/sites/repep.fflch.usp.br/files/u5230/boletim%2019%20-%20brasilandoa%20%C3%B3.pdf>>. Acesso em 04 de jul de 2019.
- _____. **Estudo de alteração da área envoltória do tombamento do Núcleo Original da Freguesia do Ó**. São Paulo: Repep, 2017b. Disponível em: <<http://bit.ly/repepestudO>>. Acesso em 15 de jul de 2019.
- SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento**: norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990. Salvador: Oiti Editora, 2015.
- SANTOS, Alberto L. **Dimensões do patrimônio cultural**: tombamentos e territorialidades do Núcleo Original da Freguesia do Ó – São Paulo (SP). 2014. Dissertação (Mestrado). Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- SEABRA, Odette C. de L. **A insurreição do uso**. In: MARTINS, J. de S. (org.) Henri Lefebvre e o retorno à dialética. São Paulo: Hucitec, 1996. ■